
Disponível em www.scielo.br/paideia

O desafio da supervisão e pesquisa-ação em casos de abuso sexual: os professores e suas questões

Liana Fortunato Costa

Universidade de Brasília, Brasília-DF, Brasil

Maria Alexina Ribeiro

Maria Aparecida Penso

Tânia Mara Campos de Almeida

Universidade Católica de Brasília, Brasília-DF, Brasil

Resumo: Após desenvolvermos por quatro anos uma pesquisa-ação voltada ao atendimento familiar em grupo, com casos de abuso sexual de crianças e adolescentes, procuramos conhecer sentimentos e dificuldades na sua implementação com relação aos professores que coordenam, supervisionam, atendem e são responsáveis pelo projeto como um todo. Os sujeitos foram seis professores universitários, responsáveis e atuantes no projeto: cinco deles do sexo feminino e um do masculino, faixa etária entre 30 e 57 anos, tempo de graduação entre 10 e 33 anos. O instrumento foi enviado e respondido por *e-mail*. Os resultados mostraram que questões emocionais, de gênero e de experiência pessoal estão presentes na supervisão sobre este tema. As supervisoras, embora vistas como frágeis por serem mulheres, expressam uma contribuição significativa para a vida pública e política, por intermédio da criação de oportunidades para que mulheres e crianças tenham vez e voz, além de evidenciarem questões de hierarquia e poder.

Palavras-chave: Psicólogos. Abuso sexual. Ensino da Psicologia. Ensino superior.

The challenge of supervision and action research in cases of sexual abuse: teachers and their questions

Abstract: After four years developing an action research directed to family care in groups, involving cases of sexual abuse in children and adolescents, the researchers tried to learn the feelings and difficulties, in the research implementation, experienced by teachers who coordinate, supervise, attend and are responsible for the project. Six university teachers, responsible and active in the project were the study subjects: five were female and one male, with ages between 30 and 57 years, bachelor's degree from 10 to 33 years. The instrument was sent and replied by e-mail. The results showed that emotional issues, gender and personal experience are present in the supervision of this theme. The female supervisors, although seen as fragile for being women, significantly contribute for public and political life through the creation of opportunities for women and children, so that they can express themselves and also evidence hierarchy and power issues.

Keywords: Psychologists. Sexual abuse. Psychology Education. Higher education.

El desafío de la supervisión y pesquisa-acción en los casos de abuso sexual: los profesores y sus cuestiones

Resumen: Desarrollamos una pesquisa acerca del método de atención familiar en grupo, con casos de abuso sexual envolviendo niños y/o adolescentes. En este texto buscamos conocer los sentimientos y dificultades en la adopción de este método con relación a los profesores supervisores que coordinan, hacen supervisión, atienden y también son responsables y actuantes en el proyecto: cinco de ellos del sexo femenino y uno del masculino, con edades entre 30 y 57 años, tiempo de graduación entre 10 y 33 años. El instrumento les fue enviado y respondido por *e-mail*. Los resultados mostraron que las cuestiones emocionales, de género y de la experiencia personal están presentes en la supervisión acerca del tema. Las supervisoras, aunque sean vistas como frágiles por que son mujeres, expresan una contribución significativa para la vida pública y política, por intermedio de la creación de oportunidades para que las mujeres y los niños tengan vez y voz, además de evidenciar cuestiones de jerarquía y poder.

Palabras clave: Psicólogos. Abuso sexual. Enseñanza de Psicología. Educación superior.

O abuso sexual de crianças e/ou adolescentes em contexto intrafamiliar é uma problemática que cada vez mais vem sendo revelada e estudada no nosso dia-a-dia (por exemplo, Azevedo & Guerra, 1998; Finkelhor, 1984, 2000; Mess, 2001). Com o advento da denúncia anônima e maior compreensão da sociedade sobre tal assunto, esse tipo de violência, que sempre ficou no domínio da vida privada, passou a ser uma demanda freqüente às portas da Justiça, exigindo-lhe providências oriundas da esfera pública (Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Adolescência [ABRAPIA], 1992; Centro Regional de Maus Tratos da Infância do ABC [CRAMI], 2004; Faleiros & Faleiros, 2001, 2006) e reflexões constantes de diversas áreas disciplinares e de entidades atuantes na defesa dos direitos da infância e juventude no país.

Frente a esse quadro complexo, decidimos realizar um projeto de pesquisa-ação (Barbier, 2002), que teve seu início em 2001 e buscou, enquanto objetivo geral, experimentar, descrever e propor uma metodologia de atendimento a crianças e adolescentes que sofreram abuso sexual. As características dessa metodologia foram desenhadas para que possam ser adotadas ou adaptadas por instituições públicas e para que proporcione um acolhimento focal, ou seja, mais econômico e realista diante das grandes dificuldades que, em geral, as famílias das vítimas apresentam para comparecer a atendimentos de natureza psicossocial.

De modo específico, a ação contida na pesquisa diz respeito exatamente à construção de tal metodologia, nomeada por Grupo Multifamiliar (GM), e efetivada dentro da parceria entre universidade, particularmente o curso de graduação em Psicologia, e o setor psicossocial de um tribunal de justiça. As famílias, que têm denúncia de abuso sexual envolvendo criança ou adolescente, são encaminhadas a nós por esse setor, após terem passado por uma avaliação psicossocial junto a seus profissionais devido a processo em vara de família ou vara criminal. Em publicação relativamente recente, Faleiros (2003), afirma encontrar um grande espaço de tempo entre a denúncia de abuso sexual e o término do processo

(de três a cinco anos), assim como falta de condições de encaminhamento para atendimento dessa população. Neste sentido, a pesquisa que desenvolvemos e o atendimento que realizamos procura oferecer respostas também pioneiras ao impasse do atendimento, tanto do ponto de vista de uma metodologia apropriada a processos que ainda se encontram em andamento na justiça, quanto do ponto de vista do oferecimento de ações que colaboram com o melhor desfecho dos casos na justiça.

Em 2005, por intermédio de uma avaliação qualitativa, procuramos conhecer os efeitos e impactos da adoção desta metodologia com relação aos vários sujeitos que dela fazem parte: as famílias que participam do GM, os profissionais do setor psicossocial, os graduandos do curso de Psicologia que fazem seu treinamento nesse contexto e os professores/supervisores que coordenam, atendem e são responsáveis pelo projeto de pesquisa-ação. Logo, trata-se de uma avaliação de perfil muito mais próximo de um instrumento de *feedback* que exatamente um exame categórico sobre saldos positivos e negativos.

No presente texto, enfocaremos apenas as reflexões acerca do último grupo de sujeitos, surgidas a partir do seguinte objetivo: conhecer as dificuldades, percebidas pelos professores/supervisores, quanto à execução de uma pesquisa-ação, em que eles são sujeitos que desenvolvem, de modo superposto, as ações de atender, supervisionar, pesquisar e mediar a parceria com a Justiça, considerando a complexidade e delicadeza de tal tema. Afinal, os resultados obtidos na avaliação em relação a esse grupo específico perfazem uma totalidade que merece ser discutida à parte, uma vez que nela se encontram peculiaridades significativas para se conhecer as diversas facetas da equipe, além de subsídio para dialogarmos com a literatura a respeito dos profissionais atuantes contra a violência.

Araújo (2002) propõe o atendimento familiar para as situações de abuso sexual infantil e, ainda, chama atenção para as enormes dificuldades que acompanham os profissionais que lidam com esta problemática, devido ao alto grau de ansiedade em função de acessar

histórias de vida e relatos de violência que constituem uma violência em si mesmas. Por outro lado, Silva (2006) discute sua experiência na supervisão de alunos de graduação em Psicologia, apontando para as consequências emocionais sobre estes alunos ao entrarem em contato com “situações trágicas quando expressam os limites do que é posto como convencionalmente humano” (Silva, 2006, p. 3).

Pensamos que nossa contribuição por ora, se dá na ampliação ao conhecimento sobre o que ocorre interna e profissionalmente, com o professor supervisor de ação voltada para um tema tão delicado como o do abuso sexual infantil. Além disso, trata-se de um professor que se responsabiliza pela coordenação do projeto de pesquisa e, deste modo, tem um triplo papel: frente ao aluno, de docente e orientador; frente à clientela formada pelas famílias e crianças/adolescentes, de terapeuta; e frente à pesquisa-ação como um todo, de articulador da parceria com o tribunal, de intermediador de seus diversos níveis e de tomador de decisões. Quais dificuldades e impasses são trazidos por este complexo pertencimento a papéis e funções diferenciadas, porém, conectadas entre si? Esclarecemos que a avaliação geral da pesquisa-ação é objeto de uma obra inteira, dedicada especialmente à apresentação e análise dos resultados finais, bem como das articulações entre os diversos atores implicados nos GMs (Costa & Lima, 2008). Por conseguinte, reafirmamos que centraremos nossas considerações no presente artigo apenas aos professores.

A capacitação e/ou supervisão para o trabalho com o tema da violência

O professor universitário que, ao mesmo tempo, se propõe a transmitir conhecimento, atuar junto aos alunos nas intervenções, fazer pesquisa e preocupar-se com a construção de uma rede de serviços eficazes junto à sociedade, certamente terá uma sobrecarga emocional adicionada ao trabalho clássico de “dar aulas”. Preocupado com a formação integral do aluno, este professor o acompanha em suas atividades, não só nas supervisões acadêmicas, mas também em sua prática profissional cotidiana. Quando

se trata da questão do abuso sexual contra crianças e adolescentes, nossa experiência aponta para a importância dobrada deste acompanhamento do discente no seu dia-a-dia. Além de nós, vários são os autores que frisam essa importância no que diz respeito à capacitação de profissionais e futuros profissionais para o exercício do trabalho de enfrentamento da violência, em face de questões subjetivas. Afinal, tais questões podem prejudicar uma melhor avaliação das condições nas quais se dá a violência, por parte destes profissionais, porque são também as mesmas condições sociais e culturais em que todos estão inseridos (Bandeira & Almeida, 2006; Barudy, 1998; De Paula, 2005; Glaser & Frosch, 1997; Ravazzola, 1997; Sanderson, 2005; Yagupsky, 1999).

Parece haver certa concordância de que estes profissionais necessitam refletir e debater sobre suas características mais agressivas e terem uma “filosofia” de vida não autoritária, sob pena de reproduzirem uma condição de mando com relação à população a que atendem. Devem ter capacidade de suportar angústia e ter um conhecimento multidisciplinar, podendo assim, receber orientação de profissionais de outras áreas, muito além de seu escopo de ação (Yagupsky, 1999). Já Barudy (1998) se preocupa com a constituição das equipes multidisciplinares, que terão melhores condições de intervir nesta realidade, mostrando a necessidade de que se organizem a partir do reconhecimento das competências complementares – haja vista que a violência contra crianças e adolescentes é um fenômeno extremamente complexo e carece de iniciativas criativas e de uma dinâmica coletiva. A construção de uma perspectiva de atendimento em rede profissional diminui o estresse e as implicações emocionais dos membros das equipes, em seu sofrimento.

Enquanto base teórico-conceitual de fundo, partimos da definição de abuso sexual proposta em Sanderson (2005), ou seja, o abuso sexual infantil se configura quando a criança é forçada ou incitada “a tomar parte em atividades sexuais, estejam ou não cientes do que está acontecendo” (p. 5). A expressão “abuso sexual” traz em si uma conotação extremamente poderosa e ocasiona respostas prontas de

aversão pela situação ou pela discussão sobre o tema (Glaser & Frosch, 1997). Muitas são as reações: sentimentos de excitação ou perturbação, raiva, indignação, ação heróica de salvamento, surgimento de preconceitos até então velados, desejo de punição para o violentador. Talvez o mais importante seja a condição de disponibilidade da equipe para aceitar e acolher as expressões destes sentimentos e sofrimentos. Na medida em que estes permanecem ocultos, podem gerar mais reações negativas entre os membros da equipe do que quando são espontaneamente expressos. Para isto, precisam de um mediador, membro da equipe, que funcione como catalizador das tensões, daí ser fundamental a presença de um supervisor.

No caso específico do presente trabalho, o supervisor é um professor, que também atende, pesquisa e ainda faz a mediação com as instâncias jurídicas. Quanto às implicações da pesquisa na vida pessoal do pesquisador e da relação com a Justiça, discutimos em outro texto as estratégias utilizadas por nós, para viabilizar a realização da pesquisa em contexto de abuso sexual. Naquele trabalho, apontamos para aspectos relacionados à aproximação a esse tipo de campo de atuação e os contatos pessoais e institucionais para sua concretização, bem como as interfaces e os entraves disciplinares sempre presentes em pesquisas dessa natureza. (Costa, Penso, & Almeida, 2006). Já, neste artigo, centramos a discussão na questão da emoção dos professores que eram concomitantemente terapeutas e supervisoras de um grupo de alunos que acompanhavam e participavam do trabalho. A respeito da supervisão no contexto da Psicologia Jurídica, com dilemas dentro de conflitos familiares e violência, Silva (2006) reflete sobre a relação entre o estagiário e o supervisor, a partir do relato e da representação da situação de violência ouvida nos atendimentos. A autora discute a inclusão do estagiário na cena como um ouvinte dos acontecimentos, sendo afetado por eles e se posicionando a seu respeito.

Com relação à capacitação de pessoal para atuar nessa área, De Paula (2005) acredita que as pessoas que lidam com este tema acabam por ter suas vidas transformadas para muito além do âmbito

profissional. Uma característica da atuação de tal natureza é a constante dúvida que marca os passos das decisões que precisam ser tomadas. Com frequência, as decisões implicam em ampliações de relações com outras instituições ou, ainda, dizem respeito a denúncias que representam, para o profissional, colocar-se em vulnerabilidade frente a agressores que se encontram fora do sistema prisional. Nestes casos, o pertencimento a uma equipe e o acesso ao sistema judicial são fundamentais, assim como é crucial a interlocução com um supervisor que indica limites para o estabelecimento de práticas que podem ter o efeito inverso do desejado, fragilizando a proteção de famílias, crianças e dos próprios profissionais.

Método

Esta pesquisa teve um delineamento de natureza qualitativa. Entende-se por qualitativo todo o processo de produção de conhecimento, não apenas o instrumento ou a técnica utilizada na coleta de informações. Buscamos, por intermédio da pesquisa qualitativa, conforme enuncia Demo (1998), enfatizar uma maior compreensão do que é o humano nas percepções dos professores/supervisores/pesquisadores sobre seus referenciais teóricos e opções metodológicas, seus modos de abordagem da questão do abuso sexual e as relações estabelecidas com alunos na orientação do tema em pauta.

Participantes

Os participantes foram seis professores, responsáveis e atuantes no projeto, cinco com doutorado e um com mestrado. Cinco deles são do sexo feminino e um do sexo masculino. A faixa etária vai de 30 anos a 57 anos, e o tempo de formado na graduação vai de 10 anos a 33 anos. Entre estes seis participantes: cinco são psicólogos e uma antropóloga; três são especialistas em família; dois atuavam na graduação e pós-graduação e quatro somente na graduação. Escolhemos a forma de um roteiro enviado por *e-mail* em decorrência de que as entrevistas foram realizadas por bolsistas de Iniciação Científica (IC), nossos auxiliares na pesquisa. Esta escolha se

deveu à possibilidade de que assim os sujeitos se sentissem mais à vontade para responder, ao contrário do que ocorreria se estivessem face a seus próprios alunos. Outra decisão tomada, no sentido de minimizar o impasse de sermos pesquisadores e sujeitos da investigação, foi o convite para que uma professora com doutorado tivesse uma participação na avaliação com vistas à revisão das questões formuladas, no que diz respeito à organização e construção das primeiras interpretações das informações. Essa professora, na época, estava fazendo seu pós-doutorado com outro colega, cuja experiência no tema de abuso sexual infantil é bastante representativa. Logo, sua presença foi imprescindível para dar um contraponto externo ao nosso envolvimento direto na pesquisa-ação e podermos, portanto, elaborar conhecimento e reflexão sobre nossa própria experiência de um lugar mais distanciado e que ora partilhamos.

Instrumento

Quanto ao instrumento, as questões foram: (1) Quais atividades ou etapas dos GM você participou? Em quais atividades/etapas você se sentiu mais à vontade? Por quê?; (2) Você teve alguma dificuldade na participação/execução de alguma atividade no GM? Qual? Por quê? Como você classifica estas dificuldades: de ordem pessoal, de ordem profissional, emocional, dentre outras?; (3) Você considera que seus conhecimentos sobre família, violência sexual e a metodologia utilizada foram suficientes para a sua participação no GM?; (4) Você sentiu necessidade de aprofundar alguma questão teórica ou metodológica para melhor participação no GM?; (5) Como você avalia esta experiência em termos de amadurecimento pessoal e profissional?; (6) Sua visão sobre violência sexual, família, agressor sexual, criança/adolescente abusado mudou no decorrer das atividades? Em que sentido? Das questões familiares tratadas no GM, alguma lhe mobilizou mais? Qual? Como? Por quê?; (7) Como você avalia a eficácia dessa metodologia na ajuda às famílias envolvidas com o abuso sexual? Qual aspecto da metodologia você compreende como mais eficaz? Você acha que essa metodologia está

adaptada para a realidade sócio-econômica das famílias participantes? Por quê?; (8) Você considera que os objetivos do GM foram atingidos? Houve alguma mudança positiva nas relações familiares a partir da participação no GM? Quais? Em que você baseia sua resposta (observações feitas sobre a dinâmica familiar)?; (9) Como foi a realização do GM considerando a presença de alunos de graduação?; (10) Como você avalia os contatos com a justiça durante a pesquisa?

Procedimentos para coleta das informações

O instrumento foi construído a partir do objetivo já indicado no início do texto, enviado e respondido por *e-mail*. As questões foram elaboradas, visando conhecer as dificuldades e impasses na concepção, execução e supervisão da pesquisa, com a complexidade de envolver o tema do abuso sexual, o contexto jurídico de parceria, a orientação de alunos de graduação e as repercussões emocionais de lidar com o conjunto destes fatores, tanto na orientação ao tema quanto no atendimento direto à clientela. Decidimos enviar o instrumento mesmo para aqueles professores que não acompanharam todo o projeto e somente participaram em um momento pontual (por exemplo, um semestre). Afinal, nem todos são especialistas no tema e seria importante conhecer suas observações em face das diferentes experiências dentro da orientação na graduação. O instrumento foi enviado com prazo de 30 dias para resposta e não tivemos dificuldade em tê-los de volta. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da universidade acolhedora da pesquisa. Após o recebimento dos roteiros respondidos, passamos à fase de organização e interpretação das informações.

Análise dos dados

A análise das informações seguiu a orientação metodológica de González-Rey (2005), que se trata de uma proposta de conhecimento construtivo-interpretativo. Esta proposta inicia-se com uma leitura exaustiva de todas as informações, a saber: aquelas que se constituem nas falas, nas expressões, nos si-

lêncios, nos diálogos e em todos os sinais que se configurem como importantes na perspectiva dos interpretadores. O referido autor aponta para o fato de que os dados (as informações) são como facilitadores de idéias, que participarão na construção de teorizações sobre o objeto estudado. Na sequência, passa-se para a fase de apontamento dos *indicadores*, que são os elementos com qualidade relevante para adquirir significação na interpretação do pesquisador. O indicador pode ser um ou mais elementos retirados dos relatos enunciados pelos informantes. Sua organização em grupos dentro do *corpus* ocorre por semelhança de sentidos entre eles, dando origem às “zonas de sentido”, as quais se constituirão em uma ou várias, de acordo com a força comum e interna entre seus indicadores e, ao mesmo tempo, de acordo com a diferença entre este núcleo de significação com relação a outros formados do mesmo modo. O conjunto das zonas, então, revela-se a produção de conhecimento da avaliação propriamente dita.

Afinal, é por intermédio das zonas de sentido que acedemos à análise, interpretação e exploração dos dados, construídos na perspectiva dos autores em interação com os relatos colhidos. A partir dos indicadores, então, identificamos algumas zonas de sentido na nossa reflexão e análise em pauta, as quais nos permitem falar não apenas por um ângulo auto-avaliativo da atuação dos profissionais. Elas nos convidam a falar sobre pontos de tensão, de avanços e entraves de diversas ordens, em diálogo com os relatos e também com o *background* teórico adotado. Desse modo, este artigo contribui mais para a consolidação e o aprofundamento do conhecimento acerca do que se passa do lado dos profissionais no GM que para a apreensão de resultados referentes a um exame categórico positivo ou negativo deles. Tais zonas, que exploram questões emocionais e de gênero, questões relativas à avaliação sobre a aplicação da metodologia e da parceria com o tribunal de justiça, que efetua os encaminhamentos das famílias aos GMs, encontram-se articuladas entre si e receberam títulos, por nós elaborados de acordo com a significação nelas contidas. Passamos, agora, a apresentá-las.

Resultados e Discussão

As emoções e a busca por conhecimento

Com relação ao envolvimento emocional, que ocorre entre profissionais e famílias nas situações ligadas à violência, Gonçalves (2005) aponta para um aspecto fundamental a ser permanentemente enfocado e tornado consciente: o modo como nós, profissionais, reagimos internamente às questões concernentes à violência. Nunca será demais recorrer à conhecida expressão “banalização da violência”, cunhada por Arendt (1964/1999), para identificarmos mecanismos de defesa existentes em nós. Tais mecanismos sobressaltam aos olhos quando nos depararmos com nossos próprios medos, inseguranças e traumas, por intermédio do sofrimento alheio, das dificuldades, dos impasses e da enorme responsabilidade que temos diante dos casos que chegam aos GMs. Por isso, buscamos agrupar e revelar aqui afirmações dos professores que expressam suas reações emocionais em contato com tais casos e ainda nos fornecem elementos para digressões na sequência.

Mas acho que conhecer abusadores é muito difícil, ter contato com eles é difícil. Também é difícil saber as histórias de sofrimento (Psicóloga, 57 anos, especialista em família).

Por se tratar de situações muito complexas, que envolvem questões sociais, financeiras e emocionais muito difíceis de serem trabalhadas (Psicóloga, 45 anos, especialista em família).

Por outro lado, vemos que são justamente essas reações que, freqüentemente, norteiam nossas ações, motivando-nos a buscar novos conhecimentos para darmos conta, subjetiva e objetivamente, das situações tão dolorosas com as quais nos deparamos. Afinal, nenhuma das professoras inicialmente integrantes da pesquisa-ação afastou-se dela, pelo contrário, seguem fortalecendo sua participação, atuando de modo a melhorar e disseminar a metodologia dos GMs, bem como de modo a partilhá-la em eventos

científicos para aprofundar e revisar constantemente seus pressupostos teórico-metodológicos.

Bourdieu (1999, citado por Gonçalves, 2005) corrobora essa perspectiva ao indicar que os pesquisadores necessitam, dentro de suas limitações pessoais, suportar a tensão do desconhecido e do estranho, porque estes aspectos podem se tornar exatamente os motores do desenvolvimento do conhecimento. O autor, ao fazer esta afirmação, traduz acertadamente a maneira pela qual temos lidado com o impacto emocional diante do tema da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Na mesma direção, encontramos Cárdenas (1992), juiz que vem inovando o trabalho no judiciário argentino com a utilização de equipes multidisciplinares, constituídas por profissionais das Ciências Sociais e Direito, que aponta para a importância da ansiedade como um dos elementos presentes nos acompanhamentos feitos junto a famílias que se encontram em juízo. Esta ansiedade e a capacidade da equipe de suportá-la fazem com que a criatividade e a inovação possam contribuir positivamente para o bom andamento dos processos, para que divergências e diferenças façam parte do todo de cada caso e, ainda, para que sirvam de adubo na direção de se vislumbrar saídas às complexas questões humanas que surgem imbricadas nas questões jurídicas.

Ser mulher e terapeuta

Outro ponto característico dessa pesquisa-ação e que é notoriamente evidenciado nos relatos coletados, diz respeito ao fato de que toda a equipe de professores/supervisores é composta por mulheres. Tivemos apenas um respondente homem, um professor, que participou pontualmente de uma pequena etapa do atendimento no ano de 2003 e que dele se afastou por motivos de ordem administrativa da instituição superior de ensino acolhedora da pesquisa-ação. As respostas dele não divergiram daquelas das mulheres, mas foram mais superficiais em decorrência de sua inserção rápida na pesquisa.

Furniss (1993), com relação às questões das vantagens e/ou desvantagens do atendimento às crianças abusadas por terapeutas mulheres, afirma ser uma vantagem contar com profissionais mulheres nesse tipo de trabalho por essas possuírem melhores condições de ouvir a criança sem ficarem tão abatidas quanto os homens em geral. Tal afirmação é aceita por ser aqui elaborada, pela perspectiva de que as mulheres podem estar menos surpresas com essas situações atendidas ao terem participado diretamente, ou de modo próximo, de padrões e relacionamentos abusivos e violentos em suas próprias histórias de vida, uma vez que ainda vivemos em um meio social com fortes valores patriarcais e machistas arraigados em nossas tradições culturais cotidianas.

Duas professoras, uma grávida na ocasião da avaliação e a outra avó de uma neta pequena, acrescentaram informações sobre este ponto, dizendo que ficaram mais sensíveis depois de suas participações nos GMs, exatamente por terem crianças muito próximas afetivamente. Tal situação de implicação projetiva nos casos, ajudou-as a compreender a relevante dimensão e urgência que tem a garantia da proteção ao bem-estar geral infantil.

Trabalhar com esse tema me faz ficar mais preocupada com minha neta, ficar mais “cricri” com minha filha, no que diz respeito à proteção que ela dedica à minha neta (Psicóloga, 57 anos, especialista em família).

No ano de 2003, quando me aproximei do trabalho do GM, estava grávida de uma menina e, agora, tenho minha filha pequena. Tornar-me mãe de uma menina, remeteu-me diretamente aos prazeres e conflitos que tive/tenho com minha própria mãe, bem como remeteu-me a uma forma nova de ser mãe ao identificar-me com o gênero de minha filha... Em vários encontros do GM, saí muito pensativa e emocionada a esse respeito, redimensionando meus próprios sentimentos e minha história. (Antropóloga, 40 anos).

Sem dúvida, o trabalho com os GMs toca a condição feminina das professoras, em especial àquelas que se encontram mais envolvidas com crianças ainda demandantes de cuidados e proteção intensas. Afinal, o simples fato de se verem diante de filha e neta em suas vidas particulares lhes remete a suas próprias construções enquanto mulheres em suas respectivas famílias e nessa sociedade. Mesmo que tais processos, de se fazer mulher, tenham ocorrido em gerações passadas, ainda nos deparamos com dinâmicas patriarcais semelhantes nos dias atuais, o que estimula e facilita a revisão de questões bastante íntimas.

Somado a isso, os casos de violência sexual expõem de modo contundente a fragilidade e a vulnerabilidade de todas as mulheres em geral, o que acaba por falar de modo direto e forte àquelas que se vêem em momento de grande responsabilidade sobre o bem-estar e a integridade física de suas descendentes. Por conseguinte, um conjunto de indicadores rapidamente foi agrupado, levando ao desenho da presente zona de sentido, a qual está intrinsecamente articulada com as duas seguintes.

A voz das professoras: de terapeutas a sujeitos da ação

Furniss (1993) acrescenta que a própria vivência no papel de mãe pode ser uma vantagem por sensibilizar mais a mulher para as necessidades e demandas que circundam a criança. Por outro lado, a questão desta identificação se mostra ambígua, podendo, ou não, ser tanto um problema quanto ajudar a criança que solicita tal acompanhamento. Ou seja, essa identificação pode servir como mote de raiva ou indignação contra a violência, dependendo da maturidade do profissional ou do distanciamento que ele consegue ter entre as suas mobilizações particulares e as que lhes são trazidas por terceiros.

A esse respeito, algumas respostas da avaliação mostram que as professoras ficaram intensamente envolvidas com as histórias de violência ou de extrema pobreza das famílias atendidas nos GMs, e se re-

portaram às suas terapias individuais, como um importante foco de ajuda. Tais apoios terapêuticos foram vistos, portanto, como meios de apoiá-las em ações mais objetivas e concretas frente os casos, bem como meios de fornecer-lhes condições emocionais para suportar os sofrimentos alheios.

Nos momentos em que eu me sentia mais desconfortável, pelos motivos acima expostos, preferi me calar e observar a atuação das colegas, bem como utilizar meu bom-senso e as lembranças das terapias às quais me submeti. (Antropóloga, 40 anos).

O sentimento que a vivência da violência desperta nos profissionais pode ser um importante referencial, uma vez que as famílias que convivem com essa realidade passam a percebê-la enquanto natural. Assim, a consciência da própria raiva ou da indignação por parte do profissional pode ajudá-lo a atuar de forma mais objetiva. Por outro lado, estes sentimentos podem paralisá-lo. Elkaïm (2000) se refere à “ressonância” como o que acontece quando um elemento histórico do terapeuta coincide com algo vivido pelos membros da família. Ao questionar sobre o que leva determinado terapeuta a esboçar um comportamento que impede o sistema terapêutico de evoluir, o autor afirma que a ressonância tanto pode ser elemento de não modificação como de intervenção privilegiada.

O trabalho em equipe facilita sobremaneira a atuação dos profissionais, na medida em que há sempre alguém para direcionar as atividades, caso um membro da equipe se sinta mobilizado e incapaz de atuar, como afirma a professora acima: “preferi me calar e observar a atuação das colegas”. Além disso, a equipe serve como suporte emocional e de conhecimento, com a partilha de saberes oriundos da experiência particular de vida e formação de cada membro. Este fato indica, inclusive, a importância de reconhecer nossas limitações e sempre trabalhar em redes, dos diversos níveis, frente à violência.

Papel de professora/terapeuta versus papel de mulher

Partindo do pressuposto da impossibilidade de separação dos papéis profissional e pessoal, bem como da constatação da impossibilidade da neutralidade no trabalho psicológico, torna-se imprescindível refletir sobre como um grupo de mulheres, professoras universitárias, pesquisadoras e terapeutas, além de mães, avós, filhas, irmãs e esposas, reagem ao atender crianças e adolescentes, em sua maioria meninas, vítimas de violência sexual impetrada por homens afetivamente bastante próximos a elas.

A “mistura do pessoal com o profissional”, assim como as repercussões que este tipo de pesquisa traz para a vida pessoal de cada uma, é revelada na afirmação:

Acho que cresci muito em termos de poder ajudar, ser mais observadora do sofrimento sem deixar de me comover, coragem e objetividade para escrever e publicar, poder atuar num tema tão difícil... (Psicóloga, 57 anos, especialista em família).

Acho que a maior mudança foi modificar o medo sobre o assunto (Psicóloga, 45 anos, especialista em família).

Outras falas que mostram e corroboram este processo:

Apesar de já ter estudado e até mesmo escrito sobre a complexidade desse vínculo, em particular em situações de incesto, ver e apreender essa dificuldade nas falas, nos gestos e nos olhos das pessoas foi algo que me mobilizou (Antropóloga, 40 anos).

Muito rica e válida, mesmo que em alguns momentos tenha sido muito sofrida (Psicóloga, 45 anos, especialista em família).

Para compreendermos a amplitude destas falas e da presente zona de sentido, torna-se importan-

te o conceito de Lévy (2001), quando, ao descrever a articulação entre a pesquisa e intervenção, aponta para o fato de que este processo é permeado pela implicação do pesquisador, o qual é por ele definido como “um ator à escuta da palavra do sofrimento social” (p. 71). Nesse sentido, vemos o quanto o sofrimento pessoal das vítimas em cada caso, e a mobilização dos pesquisadores em suas apreensões particulares, se imbricam em questões que deixam de ser individuais, singulares, para se expandirem ao campo social. Em certo momento, não se trata mais de casos, porém de discursos e vivências sociais bastante amplas e abrangentes da condição de ser mulher, mãe, menina, profissional, esposa, filha, dentre outros papéis sociais em nossa sociedade.

Por conseguinte, é fácil entender a destacada afirmação de uma das pesquisadoras quando ela expressa que o que mais a mobilizou no grupo foi a dificuldade generalizada das mães atendidas em constatar o abuso sofrido por suas filhas e, também, a situação generalizada de dependência destas mulheres em relação a seus companheiros-abusadores. Isso revela uma realidade social bastante ampla e, muitas vezes, contígua entre os diferentes grupos de mulheres na sociedade em que todas nós nos encontramos inseridas:

A demora da mãe ou da cuidadora em perceber que a criança está sofrendo o abuso (...) a dependência emocional e financeira destas mães com relação ao agressor (Psicóloga, 48 anos, especialista em família).

A parceria com o tribunal

Em várias afirmações dos pesquisadores, esta parceria é encarada como muito importante, pois ela permite a abertura de um espaço privilegiado para um tipo de trabalho especializado da Psicologia e, também, para o empreendimento de uma reflexão inovadora a respeito da problemática do abuso sexual de crianças e adolescentes. Tal parceria busca integrar, de modo efetivamente interdisciplinar, o paradigma compreensivo que perpassa linhas da Psicologia, e o

paradigma normativo em que situa boa parte do Direito entre nós.

Sempre que tivemos qualquer dificuldade ou sugestão fomos prontamente atendidos pela equipe do Psicossocial Forense que sempre empenhou-se em repassar e resolver estas questões junto aos operadores do Direito: juízes, promotores e advogados (Psicóloga, 57 anos, especialista em família).

A Psicologia, tal como a apreendemos em nossa formação e atuação, pauta-se por uma busca compreensiva das ações e dos sentimentos humanos em searas que vão do indivíduo isolado aos seus respectivos contextos sócio-culturais, enquanto o Direito busca normas e parâmetros já legitimados em nossa sociedade como fundamento e meta de suas decisões. Por conseguinte, em linhas gerais, podemos afirmar que a Psicologia interpreta e atua na dimensão individual e psicossocial do problema da violência sexual, enquanto o Direito legisla nesses casos, muitas vezes tomando por subsídio a interpretação oferecida pela Psicologia aos seus oficientes.

Como então aproximar e conhecer os limites e as possibilidades dessa parceria? Trata-se de uma indagação perene entre os profissionais, norteadora de várias de suas iniciativas e de seus estudos. Pode-se aqui resumir que pensamos o Direito, por intermédio de sua dimensão decisória, enquanto instância favorecedora e até mesmo auxiliar à Psicologia para fazer o resgate do sentido reparador da desproteção da criança que ocorre nessas famílias, quando é possível a expressão das emoções em palavras e a reelaboração da vivência com o outro dentro de um profundo processo de mudança. A decisão judicial de encaminhar as famílias para atendimento possibilita a inclusão social dessas pessoas, levando a Psicologia a assumir um papel diferente daquele que apenas realiza diagnósticos. Este saber passa a atuar diretamente na reconstrução de significados e sentidos presentes nos atos de violência, vinculando-se a um novo compromisso ético dentro da sociedade (Costa, Penso, & Almeida, 2004).

Uma professora, em seu relato, pontua de modo bem específico e explícito a necessidade que este espaço seja mais institucionalizado e não se fundamente prioritariamente em laços pessoais:

Vejo que é preciso estreitar os vínculos aí formados e de modo mais institucional, não apenas pessoal (Psicóloga, 57 anos, especialista em família).

Mas acho que temos vínculos de amizade que são essenciais para isso. Penso mesmo que se não fossem esses vínculos talvez não tivéssemos tanto acesso e disponibilidade por parte do tribunal (Psicóloga, 45 anos, especialista em família).

O referido aspecto é muito importante e precisa ser refletido, assim como também é identificado entre todos os respondentes de modo menos acentuado que na frase acima. Costa e cols. (2006) apontam, em sua experiência de trabalho conjunto com profissionais de um tribunal de justiça, como os contatos institucionais acabam ocorrendo privilegiadamente a partir de relações pessoais, mesmo na presença de um convênio formalizado entre um tribunal e a universidade. Este espaço de atuação teórico-metodológica e interventora deve ser absolutamente institucionalizado, ao contrário da prática habitual de se fundamentar de modo prioritário em laços pessoais.

Também são importantes as indicações da necessidade de “maior aprofundamento”, o que norteou as seguintes falas das professoras:

Aprofundar as questões transgeracionais destas famílias. Introduzir no grupo de terapeutas um terapeuta que tenha conhecimentos sobre a psicodinâmica infantil. Discutir melhor as questões relacionadas ao agressor. Quando este agressor for pai, padrasto ou companheiro da mãe, discutir melhor a relação conjugal (Psicóloga, 45 anos, especialista em família).

Acho que precisamos pensar em atividades e vivências que permitam um questionamento mais aprofundado... (Psicóloga, 48 anos, especialista em família).

De novo, é importante assinalar que o GM se propõe a dar continuidade ao processo de resgate da proteção devida às crianças e adolescentes que foram violentados. Outros processos terapêuticos com maior abrangência ou capacidade de intervenção devem ser pensados, e as famílias devem ser encaminhadas para outros tipos de atendimento, quando é necessário. Atualmente, os atendimentos a esta população são feitos por poucas instituições, em sua maioria particulares, e que não dão conta da imensa demanda. Somado a isso, não podemos deixar de pensar na responsabilidade do Estado em relação à proteção das crianças e dos adolescentes, muitas vezes cumprida de forma parcial, diante do acanhado número de profissionais, psicólogos e assistentes sociais, integrantes dos quadros de órgãos públicos responsáveis por estes atendimentos.

Percebemos a importância de fazer uma distinção porque, do ponto de vista da transmissão geracional, seria necessário uma intervenção mais potente para interromper o círculo vicioso do abuso. No entanto, também é importante perceber que o restabelecimento dos cuidados oferecidos às crianças tem um impacto preventivo na medida em que se pode transformar em uma ação terapêutica e, assim, acabar por transformar o maltrato e/ou a negligência (Barudy, 1998).

Glaser e Frosh (1997) ressaltam que a opção de intervenção em grupo pode ser extremamente adequada em função de oferecer um contexto que, sendo coletivo, oferece uma alternativa para o trabalho com sentimentos tão comuns como vergonha, isolamento, e a manutenção de segredo, que acompanham as situações de abuso sexual. Contudo, estes autores também reconhecem que uma intervenção familiar mais profunda necessita abordar temas como segredos familiares, sexualidade, relações fraternas, limites intergeracionais e a questão do bode expiatório, aspectos que nós reconhecemos

que o GM tem limites para focar. O encaminhamento das famílias para uma terapia familiar, após a realização dos encontros do GM, seria importantíssimo para a continuidade e aprofundamento do trabalho realizado com o grupo. Trabalhar a violência nas famílias implica focar o passado, o presente e o futuro das relações familiares. Ao mesmo tempo, padrões transgeracionais são importantes na perpetuação de comportamentos violentos e precisamos fazer intervenções capazes de interromper a violência a curto prazo. Além disso, para quebrar este círculo vicioso, é necessário um processo terapêutico mais profundo e, muitas vezes, individualizado. Aqui, novamente, esbarramos nas dificuldades de encaminhamento dessas famílias, conforme nos referimos anteriormente.

Ganhos obtidos com a participação no GM

O trabalho com esta problemática é colocado pelos pesquisadores como oportunidade de crescimento pessoal e profissional. Em geral, apontam para o caráter de mão dupla da experiência, no sentido dela permitir o caminho de reciprocidade da teoria para a prática, bem como da subjetividade das emoções para a objetividade das ações.

Tive grande aprendizagem em integrar uma equipe com profissionais de outras disciplinas e de outras abordagens... Sobre fazer parte de um grupo: decidir em conjunto, escrever em conjunto, atuar em equipe... pude amadurecer o conhecimento das fases de pesquisar, discutir, escrever e publicar (Psicóloga, 57 anos, especialista em família).

Além disso, a experiência nos GMs despertou-lhes para a necessidade de obter aprofundamento em temas relacionados a essa temática, ressaltando mais uma vez a imprescindibilidade de olhares interdisciplinares ao se tratar dilemas humanos:

Questões de direitos humanos, desenvolvimento psicossocial destas crianças, revisão de conceitos da metodologia de

atendimento psicodramático, estudo aprofundado sobre as questões transgeracionais da violência intrafamiliar, questões sobre a auto-estima das mulheres e sua relação com as suas famílias de origem (Psicóloga, 45 anos, especialista em família).

Outra pesquisadora aponta o forte desejo de expansão de seus conhecimentos em áreas distintas de sua formação profissional:

Sobre a questão da violência sinto necessidade de estudar autores da sociologia e ter uma visão não só da intimidade da família, mas sim da influência social dessa violência e dessa significação sobre a família. Sinto necessidade de saber mais sobre os procedimentos jurídicos... (Psicóloga, 57 anos, especialista em família).

O GM foi coordenado, todo o tempo pelas professoras/supervisoras com uma participação intensa dos alunos. É necessário, portanto, indicar quais as observações relativas a esta participação, já que esta parceria se reveste de muitos aspectos importantes, tais como uma grande diferença em termos de conhecimento e experiência prática e pessoal, que alunos e professores têm entre si. De modo geral, a avaliação dos professores encontrou bastante conformidade em relação às respostas individuais, mostrando-se dentro de um espírito positivo e estimulador frente aos ganhos dessa atuação junto aos GMs.

Além de ser um campo de treinamento de alunos na metodologia e na temática, eles também trazem sugestões fundamentais para o seguimento dos atendimentos. Além disso, como a equipe de professores é composta apenas por mulheres, é muito importante a presença de estagiários do sexo masculino que servem como “modelos de homem” para os adolescentes tanto do sexo masculino como feminino (Antropóloga, 40 anos).

Muito legal. Só sinto falta de... contato mais sistemático e profundo com os alunos, inclusive para oferecer-lhes suporte emocional mais efetivo (Psicóloga, 45 anos, especialista em família).

Acho que os alunos ficam ansiosos, às vezes meio perdidos, choram, sofrem, mas penso que eles dão conta direitinho do recado de estar apoiando as famílias e acompanhando o trabalho. Penso que se pudéssemos ter alunos mais permanentes, poderíamos deixá-los coordenar o grupo (Psicóloga, 57 anos, especialista em família).

Considerações finais

A inspiração para esta finalização vem de Bandeira (2007), ao apontar para a “condição de gênero, que, universalmente, ainda aparta boa parte das mulheres da vida pública ...” (p. 83). A partir do conjunto das zonas de sentido apresentadas, nota-se que as reflexões contidas neste artigo nos levam a pensar que, por um lado, entrar em contato com as vivências de violência sexual, mesmo que de outros sujeitos, traz sofrimento, angústia e uma experiência de desconforto que altera as vidas rotineiras destes profissionais, especialmente das mulheres que trabalham com este tema, seja de forma direta ou indireta, no ensino, pesquisa e intervenção junto à comunidade e à Justiça. Estas experiências, que são vividas no âmbito público de seus ofícios, se vêem metonimicamente estendidas e aplicadas no âmbito privado, levando para suas famílias questões suscitadas pelas situações-problemas das famílias alheias. Tal recursividade entre o público e o doméstico acaba por reforçar uma dimensão de cidadania e participação política presente nas atuações dos GMs também em outros ambientes, que se estabelece na direção do trabalho para o lar, assim como uma dimensão de comunicabilidade e identificação entre as mulheres.

Por outro lado, a maioria dos supervisores, apesar de sua condição de mulher, e, por conseguinte, poderem ser vistas como frágeis, expressam

fortalecer-se em suas terapias individuais e no trabalho em equipe, contribuindo significativamente com a vida pública e política da localidade. Por intermédio da criação de oportunidades efetivas e espaços simbólicos para que mulheres e crianças tenham vez e voz, as profissionais, quando suportam este tipo de atuação multifacetada e se apóiam em grupo para conseguirem adentrar e fazer frente aos meandros da violência, do abuso e da força masculina manifestos em diferentes níveis e perspectivas cotidianas, alcançam altos objetivos. O que elas confirmam, portanto, é que a experiência é de vida e de cidadania, assim como com capacidade de reverberação em lugares distintos onde também se encontram enquanto atores sociais atuantes, tal como o acadêmico e o judiciário.

Um aspecto que não pode ser relevado é o de que somos, na maioria, do sexo feminino, com uma visão particular e contextualizada dos problemas. Mais importante: com compromisso de enfrentamento e erradicação da violência sexual contra pessoas indefesas. Ou seja, possuímos uma reflexão e abordagem da temática que se fundamenta em posicionamento claro, num determinado *locus* do feminino e nas relações sociais que nos inserimos – obviamente genderizados e, portanto, imersos em hierarquia e poder.

Ao fazermos uma retrospectiva das influências dos teóricos da Terapia Familiar sobre as interpretações e intervenções realizadas neste contexto, Macedo e Kublikowski (2006) apontam para o fato de que haveria necessidade de se repensar as ações, privilegiando temas como gênero e raça. Já, em nossa experiência na condução da pesquisa, percebemos que as questões envolvendo hierarquia e poder mostram-se delicadas e estão na base de demais questões, como as de gênero e raça, seja no trato direto com os homens agressores, seja nas sessões dos grupos ou no lide com decisões conjuntas aos juízes.

Por conseguinte, quando as referidas autoras questionam a presença de uma neutralidade nesse tipo de trabalho, perseguida característica do atendi-

mento terapêutico em moldes tradicionais, tomamos posição contrária: assumimos nitidamente que não corroboramos com esta expectativa. Ao invés disso, procuramos nos apresentar e atuar junto aos GMs e demais instâncias envolvidas no trabalho a partir da nossa experiência histórica e cotidiana enquanto mulheres que vivem em uma cultura machista, empenhadas em desenvolver e aprimorar ferramentas, pensamentos e estratégias para apoiar, fortalecer e empoderar outras mulheres, crianças e adolescentes.

O objetivo da intervenção, para nós, não é a adaptação a moldes sociais vigentes e hegemônicos, que cristalizam o papel submisso e inferiorizado da mulher, da criança e do adolescente abusado na sociedade. Conforme afirmam Goodrich, Rampage, Ellman e Halstead (1990), entendemos que o objetivo da intervenção é a mudança familiar, social e grupal, bem como a expectativa de que estas mudanças se amplifiquem em outras transformações de ordem das relações sociais que definem a co-existência de todos na comunidade. Demo (1984), comenta sobre as vantagens que a pesquisa acadêmica pode trazer para as ações comunitárias no sentido de implantar uma preocupação com sua organização e prioridades. Ao lado de vantagens em se poder pesquisar e intervir de forma simultânea, por intermédio da pesquisa-ação, também apontamos desafios e impasses na superação de obstáculos relativos à criação de um método de atendimento multifamiliar (GM). Este, por sua vez, representa uma proposta de inovação, considerando o tema do abuso sexual, além de liderar o conjunto de ações que estão afeitas à pesquisa, ao acolhimento da clientela e à supervisão de alunos, futuros profissionais.

Enfim, todo esse conjunto de pontos ora discutidos e analisados ao longo do presente artigo indica que possuímos e desempenhamos vários e sobrepostos papéis em tal atuação junto ao GM, em suas diversas interfaces com as famílias/comunidade, justiça e universidade. Tais papéis vão da experimentação ao sofrimento, da ansiedade por obter registros im-

portantes para a compreensão dos casos à necessidade de aprofundar interpretações, somando-lhes ainda demandas afetivas, emocionais, intelectuais e de capacitação pessoal de cada professor. Enfim, nossa expectativa de contribuição aos leitores por intermédio deste artigo pode ser resumida na melhor compreensão de quatro questões fundamentais aos professores dos GMs.

Frete à atividade de orientação aos alunos, devemos estar mais próximos deles, estabelecendo um contato no qual as demandas oriundas da ansiedade discente e sua formação profissional fossem minimizadas; em relação ao atendimento à clientela de famílias e crianças/adolescentes necessitamos receber suporte constante, de ordem terapêutica e da equipe de colegas, para propiciar um fortalecimento das nossas ações; quanto à pesquisa em si precisamos estar atentos para o controle e o respeito ao cumprimento do rigor metodológico e o avanço teórico em suas diversas etapas; e, por fim, na parceria com o tribunal e os operadores do Direito, torna-se importante não perdermos de vista nossa inserção e lugar institucional diferenciado, mas em condições de mantermos contatos pessoais cordiais e próximos, que viabilizam e facilitam o caminho de tomadas de decisões conjuntas.

Referências

- Araújo, M. de F. (2002). Violência e abuso social na família. [Versão eletrônica]. *Psicologia em Estudo*, 7(2), 3-11. Recuperado em 04 maio 2007, de <http://www.scielo.br/pdf/pe/v7n2/v7n2a02.pdf>
- Arendt, H. (1999). *Eichman em Jerusalém: Um relato sobre a banalidade do mal* (J. R. Siqueira, Trad.). São Paulo: Cia. das Letras. (Original publicado em 1964)
- Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Adolescência. (1992). *Maus tratos contra crianças e adolescentes: Proteção e prevenção: Guia de orientação para profissionais de saúde*. Rio de Janeiro: Autores e Agentes e Associados.
- Azevedo, M. A., & Guerra, V. N. A. (1998). *Infância e violência fatal em família*. São Paulo: Iglu.
- Bandeira, L. (2007). Maternidade e cidadania: Uma mulher marcada para (sobre)viver. In C. Stevens (Org.), *Maternidade e feminismo: Diálogos interdisciplinares* (pp. 81-142). Florianópolis: Mulheres.
- Bandeira, L., & Almeida, T. M. C. (2006). Programa de formação continuada em violência de gênero para delegacias especializadas de atendimento à mulher. In L. Bandeira, T. M. C. Almeida & E. Campelo (Orgs.), *Políticas públicas e violência contra as mulheres: Metodologia de capacitação de agentes públicos/as* (pp. 221-249). Brasília, DF: Agende.
- Barbier, R. (2002). *A pesquisa-ação* (L. Didio, Trad.). Brasília, DF: Plano.
- Barudy, J. (1998). *El dolor invisible de la infancia: Una lectura ecosistémica del maltrato infantil*. Buenos Aires: Paidós.
- Cárdenas, E. J. (1992). *Famílias em crise: Intervenciones y respuestas desde um juzgado de família*. Buenos Aires: Fundación Retoño.
- Centro Regional aos Maus Tratos da Infância do ABCD. (2004). *Abuso sexual doméstico: Atendimento às vítimas e responsabilização do agressor*. São Paulo: Cortez.
- Costa, L. F., & Lima, H. G. D. de (2008). *Abuso sexual: A justiça interrompe a violência*. Brasília, DF: Liber Livros.
- Costa, L. F., Penso, M. A., & Almeida, T. M. C. (2004). Intervenções psicossociais a partir da justiça: Garantia de direitos humanos para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. In G. Maluschke, J. S. N. F. Bucher-Maluschke & K. Hermans (Orgs.), *Direitos humanos e violência: Desafios da ciência e da prática* (pp. 259-272). Fortaleza: UNIFOR.

- Costa, L. F., Penso, M. A., & Almeida, T. M. C. (2006). Nos bastidores da pesquisa: Dificuldades no procedimento metodológico em situações-limite. *Psico*, 37, 175-181.
- De Paula, A. F. de (2005). Capacitando profissionais. In J. Volnovich (Org.), *Abuso sexual na infância* (pp. 151-165). Rio de Janeiro: Lacerda.
- Demo, P. (1984). Avaliação participante: Algumas idéias iniciais para discussão. *Cadernos de Pesquisa*, 48, 67-73.
- Demo, P. (1998). Pesquisa qualitativa: Busca de equilíbrio entre forma e conteúdo. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 6, 89-104.
- Elkaïm, M. (Org.). (2000). *Terapia familiar em transformação* (E. N. Lamiado, Trad.). São Paulo: Summus.
- Faleiros, E. (Org.). (2003). *O abuso sexual contra crianças e adolescentes: Os (des)caminhos da denúncia*. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos.
- Faleiros, V. P., & Faleiros, E. T. S. (Coords.). (2001). *Circuito e curtos circuitos: Atendimento, defesa e responsabilização do abuso sexual contra crianças e adolescentes*. São Paulo: Veras.
- Faleiros, V. P., & Faleiros, E. T. S. (2006). *Formação de educadores(as): Subsídios para atuar no enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes*. Brasília, DF: MEC.
- Finkelhor, D. (1984). *Child sexual abuse: Theory and research*. New York: Macmillan.
- Finkelhor, D. (2000). *Program evaluation and family violence research*. New York: The Haworth Maltreatment and Trauma Press.
- Furniss, T. (1993). *Abuso sexual de crianças: Uma abordagem multidisciplinar* (M. A. V. Veronese, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Glaser, D., & Frosh, S. (1997). *Abuso sexual de niños*. Buenos Aires: Paidós.
- Gonçalves, H. S. (2005). Violência contra a criança e o adolescente. In H. S. Gonçalves & E. P. Brandão (Orgs.), *Psicologia jurídica no Brasil* (pp. 277-307). Rio de Janeiro: Nau.
- González Rey, F. (2005). *Pesquisa qualitativa e subjetividade: Os processos de construção da informação*. São Paulo: Thomson.
- Goodrich, T. J., Rampage, C., Ellman, B., & Halstead, K. (1990). *Terapia feminista da família* (R. M. Garcia, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Lévy, A. (2001). *Ciências clínicas e organizações sociais* (E. D. Galery, M. A. T. Lima & N. M. Franco, Trans.). Belo Horizonte: Autêntica.
- Macedo, R. M. S. de, & Kublikowski, I. (2006). Família e gênero. In C. M. O. Cervený (Org.), *Família e* (pp. 31-46). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Mess, L. A. (2001). *Abuso sexual: Trauma infantil e fantasias femininas*. Porto Alegre: Artes e Ofícios.
- Ravazzola, M. C. (1997). *Historias infames: Los maltratos en las relaciones*. Buenos Aires: Paidós.
- Sanderson, C. (2005). *Abuso sexual em crianças: Fortalecendo pais e professores para proteger crianças de abusos sexuais* (F. Oliveira, Trad.). São Paulo: M. Books do Brasil.
- Silva, P. R. M. (2006). A supervisão em psicologia jurídica: A violência em questão. *Psicologia para América Latina*, 8. Recuperado em 14 março 2008, de http://pepsic.bvspsi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870350X2006000400007&lng=pt&nrm=iso
- Yagupsky, V. P. (1999). Atravesando el muro: El rol del psicólogo en servicios de atención al problema de la violencia conyugal. In J. Corsi (Org.), *Violencia familiar: Una mirada interdisciplinaria sobre un problema social* (pp. 232-252). Buenos Aires: Paidós.

Artigo recebido em 05/06/2007.

Aceito para publicação em 25/05/2008.

Agradecemos a participação da Profa. Dra. Maria Beatriz Rios Ricci da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Endereço para correspondência:

Profa. Dra. Liana Fortunato Costa. Universidade de Brasília. Instituto de Psicologia. Departamento de Psicologia Clínica. Brasília-DF, Brasil. *E-mail*: **lianaf@terra.com.br**

Liana Fortunato Costa é Professor Permanente do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília.

Maria Alexina Ribeiro é Professor Adjunto da Universidade Católica de Brasília.

Maria Aparecida Penso é Professor Titular da Universidade Católica de Brasília.

Tânia Mara Campos de Almeida é Professor Adjunto da Universidade Católica de Brasília.